

Crítica e reformulação das lógicas sistêmicas do modelo de Giovanni Arrighi para a análise das transformações das ordens mundiais no Moderno Sistema-Mundo

Átila Alves Garrido¹

Resumo

Arrighi nos apresenta um elaborado e ambicioso modelo acerca das transformações das ordens mundiais no moderno sistema-mundo. Todavia, Arrighi parece estabelecer uma relação determinística entre a reversão dos ciclos sistêmicos de acumulação para uma fase de expansão financeira e a crise e declínio do *hegemon*. Assim, não contempla em sua análise a possibilidade da potência hegemônica reformular a sua estratégia de supremacia e reverter a expansão financeira em seu favor, permanecendo no centro e sendo o agente principal de um novo processo de reorganização e de expansão sistêmicas. Para que se entenda por que Arrighi não contempla essa possibilidade, é necessário ver o que está por trás da dinâmica desse sistema e isso nos remete à sua origem e à análise do seu processo de formação, empreendendo uma releitura das lógicas sistêmicas conforme descritas por esse autor.

Palavras-Chave: Economia Política Internacional, Sistema Mundo-Moderno, Transições Hegemônicas, Lógicas Sistêmicas, Sistema-Império.

Abstract

Arrighi present us a well elaborate and ambitious model about world order transformations in the modern world-system. Nevertheless, Arrighi seems to establish a deterministic relation between the reversion of the systemic cycles of accumulation to a phase of financial expansion and the crises and decline of the *hegemon*. Thus, this author does not contemplate in its analysis the possibility of the hegemonic power to reformulate its strategy of supremacy and to revert the financial expansion in his favor, remaining in the center and being the main agent of a new process of systemic reorganization and expansion. To understand why Arrighi does not contemplate this possibility, it is necessary to see what is behind of the dynamism of this system and this lead us to its origin and to the analysis of its formation process, making a review of the systemic logics as described by this author.

Key-Words: International Political Economy, Modern World-System, Hegemonic Transitions, Systemic Logics, Empire-System.

Introdução

Arrighi nos apresenta um elaborado e ambicioso modelo acerca das transformações das ordens mundiais no sistema-mundo moderno. Essas transformações assumiriam a forma de transições hegemônicas, as quais se dariam nos períodos de reversão das fases de expansão material para as de expansão financeira dos ciclos sistêmicos de acumulação, o que significaria, respectivamente, a passagem de períodos de mudanças contínuas para períodos de mudanças descontínuas. De acordo com Arrighi, essa reversão para a fase de expansão financeira marcaria a crise e inexorável declínio da hegemonia do bloco governamental e empresarial que ocupa a posição de agente principal dos processos de acumulação de capital em escala global. A crise, a reversão seria deflagrada em função do aumento dos riscos e da queda das taxas de lucro do

¹ Mestre em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Unicamp.

capital empregado no comércio e nas atividades produtivas em decorrência da ampliação exacerbada da concorrência intercapitalista, caracterizando uma crise de superprodução, e do crescimento do volume e da densidade dinâmica do sistema para além da capacidade de gestão das estruturas existentes criadas pelo *hegemon* para regular a fase de expansão sistêmica.

Todavia, Arrighi parece estabelecer uma relação determinística entre a reversão dos ciclos sistêmicos de acumulação para uma fase de expansão financeira e a crise e declínio do *hegemon*. Assim, não contempla em sua análise a possibilidade da potência hegemônica reformular a sua estratégia de supremacia e reverter a expansão financeira a seu favor, permanecendo no centro e sendo o agente principal de um novo processo de reorganização e de expansão sistêmicas ao forjar novamente a aliança histórica entre o poder e o dinheiro.

Para que se entenda por que Arrighi não contempla essa possibilidade, é necessário ver o que está por trás da dinâmica desse sistema e isso nos remete à sua origem, à análise do seu processo de formação, o qual coincide com a formação dos estados nacionais europeus e com a criação, nesse espaço, de condições favoráveis à emergência do capitalismo.

1. As Guerras e a Aliança entre o Poder Político e o Capital na Gênese do Capitalismo

Para Arrighi, por trás dessa dinâmica duas lógicas de poder alternativas estão a impulsioná-la. Por um lado, a lógica do “territorialismo” e, de outro, a do “capitalismo”. Na primeira, os governantes associam a expansão do poder com a aquisição de territórios e, conseqüentemente, de controle sobre sua população e seus recursos. Por essa perspectiva, o capital consiste num meio através do qual se obtém os recursos necessários em termos de homens, armas e mantimentos para a expansão territorial e, portanto, do poder. Na segunda, os governantes associam o aumento do poder com a expansão do controle sobre o capital e, portanto, buscam assegurar-se dos meios que possibilitem uma maior valorização do capital inicialmente empregado. Nesse sentido, a aquisição de territórios consiste em apenas um desses meios e não o seu foco principal.

Arrighi deriva essas duas lógicas do que, de acordo com Braudel, constituiu o traço distintivo da economia-mundo européia em relação às demais e que lhe permitiu a sua conquista do mundo e a formação de um sistema capitalista mundial. Essa distinção, segundo Braudel, residia não na existência de agentes, mecanismos e instrumentos tipicamente capitalistas, pois esses existiam igualmente em outras partes da rede de trocas eurasiática. Em função disso, Arrighi conclui que “por essa perspectiva, a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um

poder concentrado” (Arrighi, 1996: 11). Dessa maneira, voltemos a Braudel e ao momento de formação do sistema-mundo moderno para, então, relemos as lógicas do sistema.

Para Braudel, a existência do capitalismo depende de que a sociedade lhe seja cúmplice, aceitando, de alguma maneira, os seus valores e resguardando-os. O capitalismo, em seu ponto de vista, configura um conjunto dentro do conjunto maior do econômico, o qual, por sua vez, consiste em um dos conjuntos que, relacionando-se entre si, compõe o conjunto dos conjuntos, ou seja, a sociedade (Braudel, 1996 [1979]: 407-410). Da relação do econômico e, mais especificamente, do capitalismo com os demais conjuntos é que se entenderá o porquê do seu predomínio na Europa e desta sobre o resto do mundo. Daí a compreensão da afirmação de Braudel de que “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado” (Braudel, 1987: 54-55). Ou seja, seu florescimento e pleno desenvolvimento dependem das condições de equilíbrio e da capacidade de resistência do Estado, criando condições mais ou menos propícias ou adversas para a ascensão do capitalismo ao primeiro plano da sociedade, ordenando-a conforme as suas necessidades. Em suma, as condições para a emergência do capitalismo residem, em última instância, nas estruturas e hierarquias sociais que configuram uma dada sociedade.¹

A diferença que separou a Europa do resto do mundo se encontra na aliança que naquele canto se firmou entre o poder do dinheiro do capitalista e o poder político dos estados em formação. Aliança esta possibilitada pela condição de luta perpétua entre as cidades-estados do norte da Itália entre os séculos XIII e XV e que anunciava, já naquele momento, a tônica do sistema que ali se gestava. As condições favoráveis que se formaram ao capital por esse confronto permitiram que essas cidades-estado se tornassem “instrumentos inteiramente nas mãos de seus mercadores” (Braudel, 1996 [1986]: 40).

Ainda que o processo seja um tanto mais complexo com os estados nacionais, não tarda para que os mercadores assumam nesses lugares uma posição semelhante.² O longo processo de luta entre os estados por sua afirmação interna e externa e a luta permanente pela conquista de poder entre unidades aproximadamente equivalentes teria criado as mais amplas oportunidades para o capital, o qual, disputado pelas unidades em conflito, pôde ditar as condições sob as quais os auxiliaria na sua busca por poder. Essa tese de Max Weber coincide com a perspectiva de Braudel e de Wallerstein, o que fica claro quando este último afirma que o “Capitalismo (...) somente existiu em, e pode-se dizer que requer, um sistema-mundo no qual as unidades políticas não tenham a sua extensão coincidente com as fronteiras da economia de mercado” (Wallerstein, 1979: 66)³. Ou seja, sem que uma unidade política se constituísse em um império englobando toda a economia-mundo européia. Assim, na Europa, as configurações espaciais do poder

fragmentado tenderam a se justapor às da economia-mundo ali formada, no sentido do estabelecimento de hierarquias de poder semelhantes às hierarquias econômicas, mas sem se confundirem inteiramente.⁴

1.1. Forças sociais, ordens mundiais e trajetórias de formação dos estados

A centralidade da guerra no forjamento da aliança entre o poder político e o capital que permitiu a ascensão do capitalismo na Europa fica mais clara quando o trabalho de Charles Tilly (Tilly, 1996), “Coerção, Capital e Estados Europeus” é contemplado. Nele, o autor, adotando uma metodologia prospectiva, retorna, arbitrariamente, mil anos no tempo e se pergunta, olhando a partir daquele ponto, como se deu o processo de formação dos estados europeus e por que, dentre tantos pontos de partida e trajetórias distintas, a forma do estado nacional⁵ resultou no ponto de convergência comum. Em busca de sua resposta, encontra, no centro do processo de formação dos estados europeus, a guerra. Segundo o autor, “a guerra teceu a rede européia de estados nacionais, e a preparação da guerra criou as estruturas internas dos estados situados dentro dessa rede. Os anos em torno de 1500 foram decisivos” (Ibidem: 133). É em torno da guerra e da preparação para a guerra que Tilly encontrará a chave para a explicação das diversas trajetórias, bem como da convergência na forma do estado nacional. Na análise do mesmo processo encontra-se a resposta para como e por que o capitalismo ascendeu na Europa e, aliando-se ao poder dos estados, possibilitou a esta última tornar-se senhora do mundo. Nesse sentido, Tilly identifica a marca distintiva da Europa que possibilitou essa aliança

na dialética das cidades e estados que se desenvolveram em poucas centenas de anos após 990 d.C. Isso porque a existência de uma rede urbana densa e desigual, simultânea a uma divisão em inúmeros estados bem-definidos e mais ou menos independentes, acabou por separar a Europa do resto do mundo. Por trás das mudanças geográficas das cidades e estados atuava a dinâmica do capital (cujo campo preferido eram as cidades) e da coerção (que se cristalizava sobretudo nos estados). (Ibidem: 50)

De acordo com esse autor, os possuidores dos meios concentrados de coerção buscavam estabelecer o seu domínio sobre um determinado território, assegurando, dessa maneira, o controle e o exercício do poder sobre sua população e seus recursos. Ao mesmo tempo, procuravam estabelecer uma “zona tampão” em torno desse núcleo central de modo a protegê-lo e tornar possível a sua exploração segura. Em seu interior, os detentores dos meios de coerção asseguravam a “proteção” não apenas contra a violência proveniente deles mesmos, mas também contra a de terceiros, desde que os subordinados pagassem por isso. Aos que, além de pagar por

essa “proteção”, a aceitavam e se aliavam aos detentores dos meios de coerção, recebiam destes o direito de usufruir privilégios, vantagens e monopólios no interior da zona segura e de expandi-los nas áreas que viessem a ser conquistadas. Uma vez assegurado o controle e tornados seguros a zona central e a zona tampão, esta última era incorporada à zona central e os seus governantes buscavam criar uma nova zona tampão expandindo os seus domínios e o seu poder sobre territórios, populações e recursos mais vastos. Contudo, se, quando ao fazê-lo, se deparassem com outros governantes em busca do mesmo objetivo, o resultado era a guerra. E, nessa relação entre governantes em disputa pelo poder, os termos da guerra eram postos por aqueles que fossem mais fortes. Aos relativamente mais fracos, portanto, cabia ou sucumbir ou lutar pela sua sobrevivência buscando uma equiparação de forças.

Assim, para fazer a guerra e prepararem-se para ela, os governantes necessitavam mobilizar os recursos para tanto em termos de armas, homens, mantimentos, animais, dinheiro. Esses recursos, porém, se encontravam em posse de terceiros, os quais tinham outras finalidades para eles e não necessariamente estavam dispostos a cedê-los aos donos dos meios de coerção. Portanto, foi preciso que estes últimos negociassem com aqueles os termos através dos quais poderiam ter acesso aos recursos para a guerra. Os termos dessa negociação eram estabelecidos, por um lado, pelas necessidades de recursos por parte dos governantes, as quais, por sua vez, eram ditadas pelas pressões externas. Por outro, pelos parâmetros estabelecidos pelos demais estados em termos de aceitação das exigências e de retorno àqueles que cediam os recursos.

A forma assumida pelo estado resultante desse processo de negociação e conflito dependeu da estratégia de obtenção de recursos por parte dos governantes em função da maneira como esses grupos possuidores de recursos se encontravam organizados e dispostos no território. Essa organização, por sua vez, dependia das bases sobre as quais a economia e, conseqüentemente, as classes sociais estavam estruturadas no território do governante. A partir daí, as estratégias de obtenção de recursos, as trajetórias de formação dos estados e a forma assumida por eles tenderam a depender da maior ou menor concentração de cidades no interior dos territórios e, por conseguinte, da maior ou menor concentração de capital, ou seja, de trocas, de manufaturas e de redes mercantis e financeiras. Dessa maneira, conforme as diferentes combinações e concentrações de capital e de meios de coerção, formou-se um leque de possibilidades de formas e trajetórias que possui em seus extremos, de um lado, aquelas de intensa concentração de coerção, de outro, aquelas de intensa concentração de capital, havendo uma trajetória intermediária denominada de coerção capitalizada, a partir da qual se originaram os estados nacionais.

Essa trajetória intermediária emergiu onde havia cidades importantes com suas classes capitalistas, porém sem uma concentração de capital que fosse suficiente para estender seu domínio às áreas rurais onde continuava a existir uma classe senhorial de peso. Nessa interseção, onde foi possível aos soberanos jogar as classes dominantes umas contra as outras e, com isso, assegurar alguma margem de manobra e buscar, em meio aos conflitos, alguma conciliação de interesses, desenvolveram-se os estados nacionais.

As diferentes formas e trajetórias de formação dos estados europeus interagiram, guerrearam e foram viáveis durante vários séculos. Porém, pouco a pouco, as demais formas de estado tenderam a convergir para a forma do estado nacional à medida que esse foi se afirmando e estabelecendo os parâmetros das guerras e do sucesso nelas. Segundo Tilly, “numa escala européia, portanto, o final do século XV assinalou uma transição importante: quando os grandes estados militares começaram a sentir o incentivo da expansão capitalista, as vantagens dos pequenos estados mercantis principiaram a desaparecer” (Ibidem: 134).

Isso se deu uma vez que puderam dispor tanto das vantagens garantidas pela maior abundância de recursos humanos e naturais provenientes de um território muito mais extenso do que os das cidades-estado, por exemplo, quanto do acesso ao capital das cidades e às suas economias monetizadas, às suas redes de comércio, de financiamento, de empréstimo e de crédito, bem como à maior facilidade e eficiência na arrecadação de tributos, impostos e taxas. Essas características demonstraram ser vantagens decisivas à medida que a complexidade e a escala dos conflitos aumentavam, envolvendo a mobilização de recursos cada vez maiores, impondo a criação e a manutenção de exércitos permanentes e custos que excediam cada vez mais as receitas correntes dos estados e, conseqüentemente, requerendo o acesso ao crédito e a financiamentos.

Todavia, ao mesmo tempo em que cresciam a complexidade, a escala, os custos dos conflitos e, com elas, as necessidades financeiras dos estados, crescia também a importância das classes capitalistas dentro dos estados nacionais. E à medida que as guerras exigiam cada vez mais uma mobilização total dos esforços coletivos da nação, os governantes passaram a ter que negociar não apenas com as classes dominantes, mas também com aqueles estratos mais inferiores da hierarquia social, sendo forçados a fazer algumas concessões a essas parcelas da população.

2. Revisitando as Lógicas do Sistema

Entretanto, para Arrighi, as lógicas de poder “territorialista” e “capitalista” não devem ser confundidas com a proposição de Tilly relativa às trajetórias de formação do estado centradas na coerção, no capital e na coerção capitalizada. Arrighi argumenta que essas trajetórias consistem em diferentes combinações de modos distintos de gestão do estado e da guerra para se atingir a mesma finalidade e não em estratégias alternativas de poder.

Ao estabelecer essa separação, Arrighi não concebe adequadamente as relações de complementaridade entre o poder e o dinheiro no processo de formação dos estados nacionais e do próprio sistema-mundo moderno, bem como na sua dinâmica. Relações estas que abrem possibilidades em termos de resultados dos ciclos hegemônicos não contemplados por esse autor. Arrighi formula dois tipos diferentes de estratégias, mas apenas estratégias de poder. Não identifica a existência de um outro tipo de estratégia, paralela e complementar àquelas e que a elas se incorpora, mas que consiste não em estratégia de poder e sim de acumulação da riqueza, que em um momento se reveste da forma do território e, em outro, da forma do dinheiro. É esse o argumento que será desenvolvido a seguir.

De acordo com sua formulação, Arrighi confunde os meios com os fins, uma vez que a estratégia refere-se a “como fazer?”, enquanto é à política que cabe definir “o que fazer?”. À política cabe definir o objetivo a ser atingido, é ela que dá a orientação a ser seguida pela estratégia. Esta, por sua vez, consiste na identificação, no planejamento, na preparação e na aplicação dos meios disponíveis para se atingir aquele objetivo. (Cabral, 2004) Dessa maneira, lógica e estratégia, tratadas indistintamente por Arrighi, diferenciam-se entre si, sendo esta parte integrante daquela, a qual compreende tanto os meios utilizados (a estratégia) quanto o fim derivado do princípio motivador, configurando uma “seqüência coerente, regular e necessária, de acontecimentos”. Portanto, uma mudança da lógica pode ser derivada tanto da modificação da estratégia quanto do princípio motivador e do fim para o qual aquela é utilizada. Com isso, lógicas diferentes podem ter a mesma estratégia ou os mesmos princípio e fim. Esses “modos distintos de gestão do estado e da guerra”, bem como as causas desta, refletem o processo histórico de formação desses estados, ao longo do qual se incorporaram as diferentes lógicas de poder (e de riqueza) dos grupos dominantes em seu interior. A finalidade é a mesma em todas as trajetórias, o aumento do poder e da riqueza. A diferença reside no meio utilizado para se atingir esses fins, ou seja, em “como fazer?”. Portanto, essas diferentes trajetórias refletem, sim, estratégias e, portanto, lógicas alternativas de poder e lógicas diferentes e alternativas de riqueza, mas que seguem a mesma estratégia. Porém, dentro de cada lógica alternativa, existe a complementaridade entre o poder e a riqueza, em que, em momentos diferentes no tempo e no espaço, esta assume a forma ou da posse do território ou da posse do dinheiro enquanto capital.

Em última instância, o que se está discutindo, ao se referir a diferentes lógicas de poder e de riqueza, são as causas que estão por trás das guerras e que, no fundo, respondem pela origem e pela dinâmica do sistema. Assim, a perspectiva de Tilly não está dissociada das lógicas de poder identificadas por Arrighi. Pelo contrário, ao longo das trajetórias de formação dos estados, movidas pela guerra e moldadas pela necessidade de negociação dos governantes com os detentores dos meios necessários para fazer a guerra e preparar-se para ela, as próprias causas específicas pelas quais as guerras eram empreendidas modificavam-se conforme se incorporavam, aos interesses dos estados, os interesses das classes e grupos sociais envolvidos naquelas negociações.

Tilly (Tilly, 1996: 79-80) identifica quatro períodos que se diferenciam entre si pelas diferentes relações que se estabelecem entre as mudanças na organização dos estados ao longo de suas trajetórias de formação e nas formas das guerras e, de acordo com esse autor,

a marca particular de cada estado na guerra dependia de três fatores estreitamente relacionados: a natureza de seus principais antagonistas, os interesses externos de suas classes dominantes e a lógica da atividade de proteção que os governantes adotavam em nome de seus próprios interesses e dos das classes dominantes (...) *Com a mudança básica, no decurso dos mil anos que estamos estudando, da composição das rivalidades, da natureza das classes dominantes e das solicitações de proteção, mudaram também as causas características da guerra.* (Ibidem: 127-128, grifos nossos)

Portanto, uma trajetória coercitiva tendia a incorporar uma lógica de poder territorialista tendo impactos na estratégia de poder desse estado e nas causas das suas guerras. O mesmo ocorrendo com as trajetórias intensivas em capital e a lógica de poder capitalista. E também com aquelas que resultaram nos estados nacionais, frutos da combinação de uma trajetória de coerção capitalizada com as lógicas de poder territorialista e capitalista.

A identificação dessas lógicas de expansão com as trajetórias de formação dos estados e a relação umbilical entre o poder e a riqueza fica mais explícita na formulação de Fiori (Fiori, 2004: 28-33) sobre a origem política do capital financeiro. Para periodizar e formalizar essa junção do poder político com o poder do capital, ele se utiliza, respectivamente, das épocas do “patrimonialismo” e da “corretagem” identificadas e definidas por Tilly e, assim como Arrighi, da formulação de Marx para a lei de valorização do capital.

Dessa maneira, no período do patrimonialismo, quando a terra (T) constituía o elemento fundamental da riqueza, a expansão do poder (P) se daria por meio da aquisição territorial e, assim, do aumento do controle sobre recursos e população mais vastos para abastecer as forças armadas e para pagar por elas através da tributação dessa população. Em termos formais, essa

expansão se traduziria na fórmula P-T-P'. Ao mesmo tempo, a riqueza se expande quando, por meio do exercício do poder, novos territórios são conquistados. Sua fórmula de valorização seria T-P-T'.

Quando se transita da época do patrimonialismo para a da corretagem, a posse da terra perde espaço para a posse do dinheiro (D) como fonte primordial de manutenção e acumulação de riqueza, a qual se dá através do processo de valorização que transforma o dinheiro em capital. Porém, de acordo com Fiori, o que se tem aqui, no “jogo das guerras” e dos “lucros extraordinários”, no lugar da extração da mais-valia por meio da exploração da força de trabalho, é uma “mais-valia política”, na qual o trabalho é substituído pelo poder como fonte de aumento da riqueza. Assim, T-P-T' se torna D-P-D'. Paralelamente, o incremento do poder passa a depender cada vez mais das facilidades de acesso ao crédito, aos financiamentos e à tributação mais eficiente permitida por economias mercantis bem desenvolvidas que possibilitam a mobilização e o pagamento dos recursos, homens e armas para a guerra e para sua preparação. O processo de acumulação de poder passa a se dar não mais por P-T-P', mas por P-D-P'.

A formulação desenvolvida por Fiori parece expressar melhor as lógicas que estão por trás da dinâmica do sistema-mundo moderno do que a proposta por Arrighi. Territorialismo e capitalismo são lógicas distintas, alternativas, antagônicas. Mas dentro de cada uma delas há a complementaridade entre o poder e a riqueza. Formuladas desse modo, mantêm a sua especificidade histórica e geográfica. A primeira predominando em determinado período e lugar, sendo, em seguida, confrontada pela segunda e, por fim, superada por esta. Da maneira colocada por Arrighi, essas características não se apresentam, uma vez que ambas as lógicas coexistem no tempo e no espaço ao longo de todo o período até os dias atuais, quando a lógica capitalista teria sobrepujado a territorialista. De fato, isso ocorreu. Mas não agora e sim muito antes, quando o dinheiro superou o território como forma primordial de manutenção e expansão da riqueza e como meio fundamental para a expansão do poder.

Tomar as lógicas do territorialismo e do capitalismo abstratamente, como se operassem de forma autônoma em diferentes períodos históricos, é incorrer no anacronismo. Ou seja, é abstrair as mudanças estruturais ocorridas no contexto histórico geral em que buscas por mais território soberano e dinheiro operam. Pois, concretamente, à medida que o capitalismo se consolida como sistema, e, portanto, que as relações sociais são mercantilizadas, ou seja, mediadas pelo dinheiro, o poder (político ou econômico) também é, inevitavelmente, mediado pelo dinheiro. Tendo em vista que a mercantilização (e, portanto, a medição e mobilização pelo equivalente monetário geral daquilo que é transformado em mercadoria) dos produtores diretos se apresenta como tendência estrutural básica do capitalismo, e que, nesse sistema, todo

patrimônio é *potencialmente* mercantilizado, então todo território soberano tende a articular-se a um sistema em que esta lógica geral de acumulação de poder financeiro opera. Isso se dá mesmo que nem todo patrimônio reflita direta e imediatamente esta lógica: por exemplo, certos territórios soberanos podem ser “poupados” da exploração mercantil (e seus resultados tributários), ou usados por motivos exclusivamente militares, ou mesmo puramente simbólicos (inúteis para a geração de dinheiro privado ou tributado), mas sem retirá-los do interior de um sistema geral de relações sociais e políticas mediadas pelo dinheiro. Logo, poder territorial sem dinheiro é uma abstração irrealista depois da consolidação do capitalismo e sua difusão global. Riqueza e poder tornam-se estruturalmente inseparáveis com a difusão da economia-mundo capitalista.

Ao associar o poder ou com o território ou com a posse de capital, Arrighi atribui ao poder uma forma concreta, rígida, específica. Talvez seja possível, em linha com Braudel, argumentar que o poder, assim como o capital, se caracterizaria pela liberdade de escolha, por não precisar assumir nenhuma forma específica e, por isso, poder utilizar-se daquelas formas, daqueles instrumentos que melhor sirvam à sua expansão. O poder, entendido dessa maneira, associa-se com a definição de Weber, segundo a qual ele consiste em “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (Weber, 1994: 33).

A fornecer as condições que ampliem essa probabilidade encontra-se o controle sobre o acesso direto aos recursos e população de um determinado território. Todavia, esse é apenas um dos instrumentos possíveis, o qual, em outras partes ou num momento posterior, cede o lugar de principal meio de acumulação de poder para a capacidade de acesso ao capital. A finalidade dos governantes não é expandir o território ou a posse de capital como um fim em si, mas sim como um meio, um instrumento para a expansão do poder.

Dessa maneira, em sua formulação, Arrighi confunde um meio com o fim em si ao afirmar que os governantes seguiam estratégias alternativas de poder encarnadas no “territorialismo” (T-D-T’) ou no “capitalismo” (D-T-D’), em função de os governantes identificarem o poder com a posse de território ou de riqueza/capital. Na verdade, essas estratégias identificadas por Arrighi não são estratégias alternativas de acumulação de poder, mas sim de acumulação da riqueza, sendo que o meio desta acumulação não é o território ou o dinheiro, mas o poder. E este segue sendo um instrumento essencial de acumulação da riqueza, seja ela território ou dinheiro. É através da aliança com os donos do poder que os donos da riqueza, mais especificamente, do capital circulante, obtêm o acesso aos “lucros extraordinários” provenientes das vantagens oferecidas pelos governantes em termos de posições monopólicas no

comércio, na produção, nas finanças ou no controle e administração dos territórios conquistados e dos tributos do estado.

Assim, as lógicas que estão por trás da dinâmica desse sistema não são as do “territorialismo” e do “capitalismo” como estratégias alternativas de expansão do poder. As duas lógicas que respondem por essa dinâmica são as da acumulação do poder e da riqueza. Esta, no sistema-mundo moderno, se reveste da forma do capital e é dele que o poder se utiliza, nesse sistema, para alimentar a sua expansão e, assim como o capital, buscar uma posição de monopólio. Duas lógicas intrinsecamente expansionistas que, de maneira conflitiva e complementar, se aliaram para formar a mais eficiente máquina de acumulação e conquista, sendo essa junção a principal responsável por transformar a Europa naquele “fantástico modelador da história mundial” e pela consolidação e expansão do sistema-mundo moderno. “Em síntese”, de acordo com Fiori, “... foi a combinação do ‘jogo das guerras’ com o ‘jogo das trocas’ que criou as condições originárias da economia capitalista, uma economia que passa pelos mercados, mas que se alimenta, sobretudo, das trocas dos ‘não-equivalentes’” (Fiori, 2004: 32-33).

O que está na origem dessa compulsão expansiva movida por interesses específicos e, em última instância, na origem das guerras travadas em função desses interesses? Fiori vai buscar a resposta para essa questão no trabalho de Norbert Elias, o “Processo Civilizador”, onde este autor, retomando e reafirmando uma antiga tese acerca das relações internacionais pertencente à tradição do Realismo e que remonta a Tucídides em sua análise da Guerra do Peloponeso, argumenta que

a mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe cai. E a expansão significa o domínio sobre os mais próximos e sua redução ao estado de dependência... Em termos muito rigorosos, o que temos é um mecanismo social muito simples que, uma vez posto em movimento, funciona com a regularidade de um relógio. Uma configuração humana em que um número relativamente grande de unidades de poder, em virtude do poder que dispõem, concorrem entre si, tendem a desviar-se desse estado de equilíbrio e a aproximar-se de um diferente estado, no qual um número cada vez menor de unidades de poder compete entre si. Em outras palavras, acerca-se de uma situação em que apenas uma única unidade social consegue, através da acumulação, o monopólio do poder. (Elias, 1993 [1939]: 93, *apud* Fiori, 2004: 26) ⁶

Essa citação, ainda que não seja uma idéia original, é importante em função de sua clareza e de sua capacidade de sintetizar, em boa medida, o argumento que aqui se tenta desenvolver, ou seja, que a expansão contínua é colocada como um imperativo pelo sistema para aqueles estados que não aceitam as conseqüências de não o fazê-lo e têm condições de reunir

recursos de poder para empreendê-la. Assim, “a mera preservação da existência social”, ou seja, a simples necessidade de sobrevivência, seja a sobrevivência física ou mesmo de um modo de vida, em um sistema anárquico, onde as unidades se encontram em estado de competição permanente por recursos relativamente escassos, impõe a expansão sob pena de, para aquelas unidades que não a buscarem, serem dominadas pelas demais e reduzidas “ao estado de dependência”. Afinal, “quem não sobe cai”. E, conforme colocado por Tilly, o encontro de unidades almejando o mesmo objetivo, ou seja, a segurança, através da expansão em busca do estabelecimento de uma zona tampão que proteja a zona central dentro da qual se possa usufruir os frutos da coerção, conduz à guerra.

Esse mecanismo, como nos diz Elias, uma vez posto em movimento, tende a reproduzir-se por si próprio. Por conseguinte, a guerra, colocando-se como uma possibilidade permanente, induz os governantes a buscar os meios que, aumentando o seu poder, tornem o seu território protegido das ameaças externas. Mas, o fato de que “a coerção é sempre relativa e quem quer que controle os meios concentrados de coerção corre o risco de perder vantagens quando um vizinho cria os seus próprios meios” (Tilly, 1996: 128), faz com que essa busca por maior segurança através do aumento do poder individual induza os “vizinhos” a perseguirem o mesmo objetivo, desencadeando uma corrida armamentista. No limite, o resultado dessa disputa é a guerra. Assim, se constata a “circularidade lógica” identificada por Fiori, a guerra se torna causa principal e consequência do processo de expansão em busca de segurança e da “mera preservação da existência social”, a partir do momento em que passa a ser a principal ameaça a ambos. O que não poderia ser de outro modo, pois, dada a lógica desse sistema, a segurança somente pode ser obtida e a sobrevivência assegurada, em última instância, com a destruição dos demais competidores. Dessa maneira, a tendência do sistema é para a constituição de um “monopólio do poder”, como nos diz Elias.

Mas Fiori nos adverte para uma contradição desse sistema, qual seja, a expansão do poder das unidades nele inseridas se dá justamente em função da existência de estados em concorrência permanente, pressionando-se uns aos outros e se compelindo mutuamente a essa expansão. Atingida uma posição monopolítica, portanto, cessaria o processo de acumulação de poder, pois,

se fosse criada uma situação de monopólio absoluto, o sistema de acumulação de poder entraria em crise, e tenderia a um estado de entropia por causa do desaparecimento das hierarquias, da competição e da guerra (...) [essas duas últimas são] as únicas forças capazes de mantê-lo ordenado e hierarquizado (...) Este talvez seja o segredo mais bem guardado deste sistema: o próprio ‘poder expansivo’ é quem cria ou inventa, em última instância, os seus competidores e adversários, indispensáveis para a sua própria acumulação de poder. (Fiori, 2004: 26-28)

Ao analisar os mecanismos por trás da expansão das economias nacionais européias na constituição do sistema econômico e político mundial, Fiori (Fiori, 2004) separa analiticamente esses dois processos para mostrar que a globalização desse sistema a partir de seu núcleo europeu não foi uma obra do capital em geral, como pensava Marx. Para tanto, retoma o pensamento de dois dos pais da teoria do imperialismo, Hilferding e Bukharin, os quais, a partir das análises de Marx, inseriram o papel dos estados, das guerras e dos territórios em suas análises da expansão do capital e, com isso, identificaram uma outra contradição desse sistema, ressaltada por Fiori.

A identificação dessa contradição parte da aceitação parcial da tese de Marx. Ou seja, a natureza intrinsecamente expansionista e cosmopolita do capital, buscando sempre se localizar onde se situem as perspectivas de lucros mais elevados sem precisar prender-se a forma ou lugar algum, resguardando a sua liberdade de mover-se conforme essas perspectivas se desloquem, tenderia a tornar o mundo inteiro em área de acumulação capitalista e, com isso, promover um nivelamento econômico. Porém, o mesmo movimento do capitalismo, que gera essa tendência à globalização e à equalização, gera, de maneira ainda mais forte, por parte dos demais capitalistas, uma reação contrária, que busca defender os seus interesses quando esses se vêm prejudicados ou excluídos. Dessa forma, seja para resistir seja para vencer essa resistência, o capital busca a proteção de seus estados para assegurar a sua lucratividade e a sua sobrevivência em seus negócios. Esse casamento resulta em blocos governamentais e empresariais em mútua competição, buscando avançar posições e proteger-se da agressividade dos demais. O capital, portanto, somente consegue expandir-se, alcançar posições monopolísticas e ter acesso aos “lucros extraordinários”, ou até mesmo sobreviver, quando alicerçado em um estado forte e agressivo, dotado da mesma compulsão expansionista e da capacidade de defender os interesses internos e externos do capital. Assim, a tendência globalizadora do capital gera o seu contrário, fragmentando o espaço em territórios políticos e econômicos sob o controle de blocos antagônicos dotados de uma capacidade de resistência e de expansão cada vez maiores.

3. *Empire-System* e a Teoria do Sistema-Mundo Moderno

De acordo com Fiori, contrariamente à proposição de Tilly, a emergência dos estados nacionais não leva à extinção dos impérios, uma vez que esses estados já nascem com uma compulsão expansionista e imperial. Historicamente, tão logo se consolidaram seus núcleos nacionais, seus estados se voltaram para fora, expandindo seus domínios e constituindo impérios no ultramar de modo a fortalecer suas posições para a luta decisiva que se travava no centro, no núcleo embrionário do sistema que começavam a construir. A expansão imperial, como

conseqüência da tese de Norbert Elias, se colocava como um imperativo estratégico para sua sobrevivência na luta pelo poder dentro do sistema interestatal europeu. Sistema este que, já abrangendo as Américas e compondo o sistema-mundo moderno em sua fase inicial, irá, pela expansão dos estados e dos capitais europeus, progressivamente abranger o mundo inteiro. A história da dinâmica desse sistema, portanto, pode ser contada pelas tentativas de expansão imperial de algumas de suas unidades, tentativas essas que encontravam seus limites ou na resistência ou nas ambições expansionistas das demais unidades que, chocando-se umas contra as outras, tendiam a se anular.

Para Arrighi, assim como para Wallerstein e a maioria dos teóricos dos sistemas-mundo, a constituição de um império mundial dentro do sistema-mundo moderno é uma incompatibilidade teórica.⁷ Apesar de, inicialmente, negar, de maneira equivocada, o antagonismo existente entre os conceitos de império-mundo e economia-mundo, uma vez que, evidentemente, se tratam de conceitos diferentes, Peter Gowan (Gowan, 2004b)⁸ nos apresenta a possibilidade de conciliação não de um império mundial, mas do que denomina *Empire System* com o conceito de sistema-mundo moderno. Retoma e amplia, dessa forma, a tese de Kautsky acerca do ultra-imperialismo e, conseqüentemente, recoloca o debate entre este e Lênin a respeito de sua viabilidade ou não. Nesse sentido, invertendo a perspectiva desenvolvida por Chase-Dunn para mostrar a impossibilidade de um império-mundo capitalista, Gowan estabelece as pré-condições necessárias para o estabelecimento de um *Empire System*, embora associando este conceito, equivocadamente, ao de império-mundo capitalista, o qual, de fato, é uma impossibilidade teórica. O *Empire System* pode ser definido como um sistema em que o estado que ocupa nele a posição central reúne recursos de poder exclusivos e suficientes para suspender o equilíbrio de poder entre os estados do núcleo do sistema. Contudo, sem eliminar a existência destes e as suas soberanias, colocando-se, portanto, como o maior entre quase iguais. Ao mesmo tempo, estabelece, como objetivo central, a pretensão de não sofrer ameaças advindas de novos rivais e instituir uma soberania imperial para arbitrar as questões fundamentais em escala internacional, rejeitando um sistema multilateral. Por outro lado, busca atrair o apoio das elites capitalistas nacionais transnacionalizadas ao colocar-se como o principal defensor dos interesses comuns que compartilham enquanto classe.

Dentre as pré-condições decorrentes do sistema interestatal que um estado deve superar para estabelecer um sistema-império está a capacidade de não apenas gerir o sistema de equilíbrio de poder, mas de suprimi-lo, constituindo e colocando-se no centro de um sistema unipolar. Uma segunda condição reside na capacidade de manter um diferencial decisivo de poder tecnológico-militar, de modo a dissuadir qualquer outro aspirante à potência regional ou

global de desafiar, individualmente ou através de alianças, o poder imperial. Relacionada a esta, a terceira condição consiste em reduzir ou eliminar o espaço de manobra para que outros estados possam utilizar a sua soberania e os seus recursos para desafiar o potencial produtivo do Estado-Império. Ou seja, deve ser capaz de controlar o ambiente sócio-econômico interno de estados soberanos no núcleo do sistema. Por fim, no quadro das pré-condições do sistema interestatal, ele deve ser capaz de resistir a pressões por parte de movimentos sociais e de outros Estados centrais no sentido de se estabelecer formas de governo mundial. Pelo lado do segundo conjunto de condicionalidades, o Estado-Império deve evitar que os capitalistas, para preservar a sua liberdade de movimento e de ação, busquem reduzir o seu poder. Além disso, deve atuar de modo a convencer os capitalistas de que a manutenção do seu controle social tanto dentro dos países do centro quanto da periferia estará assegurada e bem-defendida sob o domínio do estado-império, não sendo ameaçada, por exemplo, por movimentos anti-sistêmicos. (Gowan, 2004: 485-487)

Mas, como poderia um sistema-império ser compatível com estados nacionais soberanos, considerando-se que as pré-condições apresentadas para o estabelecimento de tal sistema parecem ser flagrantemente contrárias à soberania desses estados? Além disso, a constituição de um império mundial parece ser contrária aos interesses dos capitalistas. Estes teriam o seu poder estrutural reduzido frente aos estados e aos trabalhadores. Isso ocorreria uma vez que esse poder é derivado justamente da sua livre mobilidade tanto diante da relativa imobilidade dos trabalhadores, quanto de um sistema em que o capital é disputado por uma pluralidade de estados soberanos em permanente competição pelo poder. Um império mundial eliminaria essa competição e reduziria as possibilidades dos capitalistas de mover-se para onde as condições lhe sejam mais favoráveis, e as restrições, bem como o poder de resistência dos trabalhadores, sejam menores. Gowan argumenta que essas questões se baseiam em determinadas premissas acerca do sistema político e econômico mundial que opõem, por um lado, os estados soberanos e um estado-império, e, por outro, os capitalistas e os estados e, por extensão, o estado-império. (Ibidem: 487).

Não obstante, como foi discutido, a relação entre o capital e o poder dos estados parece ser muito mais complementar e simbiótica do que antagônica. Dessa maneira, é possível que os capitalistas tanto do próprio estado-império quanto de outros países do núcleo aceitem e defendam a constituição de um *empire system*, uma vez que o estado-império se coloque como o principal defensor dos seus interesses ao redor do mundo, seja: ampliando os seus direitos sobre os trabalhadores do núcleo e da periferia; instituindo regimes políticos e econômicos internacionais que garantam a segurança de seus negócios e favoreçam a livre movimentação e

acumulação de capital; abrindo os países semi-periféricos e periféricos e expandindo o acesso do capital dos países centrais a esses mercados. Essas são algumas das bases sobre as quais se pode estabelecer uma aliança entre o estado-império e parcelas da elite capitalista dentro dele próprio e de outros países do núcleo do sistema, cooptadas pelo projeto imperial. (Gowan, 2004b: 489-491)

Quanto à incompatibilidade entre estados soberanos e um império mundial, segundo Gowan, esta é derivada da tradição liberal de privilegiar as relações jurídicas sobre as relações políticas. Ao se colocar estas no centro da análise, essa existência paralela deixa de parecer tão estranha quanto à primeira vista. Na verdade, é possível a constituição do que Gowan, a partir da análise de Joseph Nye, denomina de um sistema imperial, sem que se suprima o sistema interestatal. Para tanto, o estado-imperial deve ser capaz de estruturar o sistema interestatal e o sistema econômico internacional de modo que estes tendam a produzir resultados que favoreçam e fortaleçam o estado-imperial. Ou seja, consiste na capacidade de um estado reunir as condições necessárias que o capacitem a explorar em benefício do seu sistema produtivo não apenas os tradicionais mecanismos de *feedback* decorrentes das guerras entre as grandes potências, mas também aqueles oriundos do próprio sistema interestatal. Para tanto, o estado-imperial deve estruturar o sistema de modo que os demais estados sejam levados a “querer o que o estado-imperial quer”. Uma forma de controle imperial mais indireta, mas nem por isso menos real e eficiente. (Ibidem: 488-489)

4. Considerações Finais

A análise desenvolvida até este ponto permite que sejam tecidas algumas considerações acerca da dinâmica do sistema-mundo moderno, complementando e corrigindo aquela desenvolvida por Arrighi. Conforme foi discutido, a guerra se coloca como uma possibilidade permanente desde o início desse sistema, estando mesmo no centro da sua origem e do seu processo de formação. Como argumentado por Elias a “mera preservação da existência social” em um sistema anárquico e competitivo coloca a necessidade de expandir-se, sentenciando à “queda” aqueles que não a observam e não buscam “subir”, colocando-os sob a condição de dependência e de dominação perante os que buscam fazê-lo. Tendo como objetivo proteger-se da guerra, os estados pavimentam o caminho para ela. Ao fazê-la e ao se preparar para ela os governantes, como mostrado por Tilly, são obrigados a negociar com as classes dominantes os termos para a obtenção dos recursos necessários para a guerra. A condição de luta permanente entre os estados criou para o capital as condições favoráveis para o seu florescimento e desenvolvimento. Estabelece-se, nesse ponto, a aliança entre os governantes, donos do poder

político, com os donos do capital circulante. Aliança que está na origem da expansão desse sistema e na origem do capital financeiro.

As lógicas de acumulação que revelam a complementaridade de interesses entre essas duas forças intrinsecamente expansionistas, a forma como uma lógica se incorpora na outra, sua relação com as trajetórias de formação dos estados e com as guerras, ficam mais claras na formulação de Fiori. Nela, ao contrário da formulação de Arrighi e suas lógicas de poder “territorialista” e “capitalista”, ficam explícitas a relação indissociável, complementar, e a importância e o papel do poder e do dinheiro, respectivamente, na acumulação do capital (D-P-D’) e do poder (P-D-P’).

Uma contradição se revela nesse momento ao se constatar que a competição entre unidades dotadas da mesma lógica, a luta pela sobrevivência levando ao expansionismo do poder e ao expansionismo do capital, apresenta uma tendência à concentração e à centralização, resultando, no limite, no monopólio político e econômico. Todavia, a constituição de um império político e econômico universal significaria o fim da existência de unidades de poder autônomas e, conseqüentemente, da competição entre elas e do processo de acumulação do poder e do capital. Encontramos, então, com o fim da competição e das hierarquias, o fim do sistema-mundo moderno. Esse sistema, após expandir-se e englobar o mundo inteiro, ficaria entregue ao arbítrio de um império mundial que lograria impor o seu domínio sobre os demais competidores, os quais deixariam de existir. Mas, nesse momento, cessaria também o mecanismo que lhe permite seguir na acumulação do poder e do capital e trazer os demais à ordem. Uma segunda contradição observada consiste na tendência do capital gerar, por um lado, a globalização e o nivelamento da economia, almejando a constituição de um império universal e, por outro, gerar, de modo ainda mais forte, a constituição de forças contrárias formadas por blocos de capital associados a seus governos, com estratégias defensivas e expansivas.

A última parte dessa segunda contradição aponta para uma das forças que atuam contra o fim do próprio sistema, ou seja, a expansão do capital criando blocos antagônicos de poder político e econômico, dotados da mesma lógica expansiva e imperial e que bloqueiam o caminho uns dos outros, contrapondo-se à expansão do capital de terceiros, por um lado, e a do poder global, por outro. A segunda força contrária ao fim do sistema emerge da primeira contradição e evidencia dois aspectos do mesmo. Primeiro, a relação de complementaridade e conflito entre os estados envolvidos neste jogo, principalmente entre o poder hegemônico e os demais estados. Segundo, o papel do estado hegemônico na geração das crises de sua própria hegemonia e, por extensão, das crises sistêmicas.

Essa força se expressa na necessidade da geração contínua, por parte do *hegemon*, de seus próprios oponentes e adversários de modo que possa continuar a expandir e acumular poder. Assim como os demais estados, aquele que atinge a posição hegemônica não deixa de responder ao impulso básico do sistema, ou seja, a luta pela “mera preservação da existência social” e a disposição de não “cair” da posição alcançada coloca como um imperativo ao estado hegemônico, da mesma maneira que para os demais, a necessidade de um expansionismo contínuo, de antecipar-se aos movimentos expansionistas dos demais de modo a manter a sua posição. O esforço do *hegemon* por continuar a expandir-se, por derrotar os adversários e tornar-se um poder global o leva a opções estratégicas que busquem contrabalançar o poder dos adversários, mas, ao fazê-lo, ainda que tenha êxito, cria outros adversários e competidores, talvez mais fortes que os adversários que pretendia derrotar. Ademais, os outros estados, em resposta à ameaça representada pelo expansionismo do estado hegemônico, passam a adotar medidas defensivas que visam resguardar o seu território, a sua economia e a sua posição internacional, tentando se fortalecer e, com isso, tornando-se uma ameaça ao *hegemon*.

A hegemonia é uma posição conquistada na luta com os demais estados em uma competição que não cessa ao se atingir o topo da hierarquia. A disputa continua, seja para manter a posição conquistada, e para isso é preciso continuar a expandir-se, seja para usurpá-la. O que pode ocorrer é uma breve trégua na luta em função da disparidade de poder observada entre aquele que vence a disputa temporariamente e os demais. Nessa trégua os perdedores de agora tentam reconstituir-se e recuperar suas forças para desafiar novamente o estado dominante, dando reinício à fase aguda do conflito.

A legitimidade da posição hegemônica é derivada do seu diferencial de poder político, econômico-financeiro e militar em relação aos demais e de uma ameaça crível que justifique a aceitação da sua proteção em troca de lealdade, obediência e privilégios. A hegemonia precisa do que denomino como uma *ameaça estabilizadora*. A expansão do poder somente se justifica a partir da instabilidade. A qual, portanto, tem que ser constantemente recriada pela potência hegemônica, uma vez que dela se alimenta para se expandir e para trazer os demais à “ordem”, à sua “ordem”. Ordem que ela mesma se incumba de destruir, sempre que necessário e possível, para criar uma nova, mais adequada às realidades cambiáveis do ambiente internacional e/ou das suas novas necessidades de expansão e de segurança. Entretanto, esse jogo de destruição e recriação, ainda que inevitável, não deixa de ter seus riscos e a instabilidade gerada pela potência hegemônica pode atingir um ponto além de sua capacidade de gerenciá-la. E esse é o momento das grandes crises e mudanças sistêmicas, cujos desfechos são difíceis de prever.

A proposição construída por Gowan parece estar em linha com aquela desenvolvida por Fiori e apresentada acima. Ou seja, o estado-império, pelo poder (P) que possui, em função das capacidades de que dispõe, reúne as condições necessárias para fazer com que o sistema opere em seu benefício, constituindo e explorando mecanismos de *feedback* que canalizam, para si e para o seu sistema produtivo, os recursos (D) indispensáveis para a manutenção e expansão daquele poder (P'). Paralelamente, suas elites capitalistas transnacionalizadas e aquelas parcelas dessas elites de outros estados pertencentes ao núcleo do sistema, e mesmo à sua periferia e semi-periferia, que são cooptadas pelo projeto do estado-império, apóiam, com sua influência e com seu capital (D), a manutenção e expansão desse poder imperial (P), na medida em que este se apresenta como o principal defensor e promotor dos seus interesses e da expansão continuada da acumulação do seu capital (D').

Reconstruídas dessa forma, as lógicas do sistema lançam novas possibilidades sobre a análise das transformações das ordens mundiais conforme proposta pela teoria das transições hegemônicas formulada por Arrighi, colocando outros cenários, não contemplados por essa formulação, de desfecho para os ciclos hegemônicos e para os ciclos sistêmicos de acumulação. À relação determinística entre os ciclos sistêmicos de acumulação e os ciclos hegemônicos, onde o deslançar de uma fase de expansão financeira prenuncia a crise e o inexorável declínio da potência hegemônica, propõe-se a possibilidade de um descolamento entre esses dois ciclos. Ou seja, considera-se a possibilidade de que, ao ter a sua posição ameaçada por desafiantes, uma potência hegemônica, reunindo capacidades política, econômica e militar grandes o suficiente, possa remodelar as estruturas sobre as quais se assenta a sua hegemonia e, em função do poder diferencial de que dispõe, tornar a expansão financeira a seu favor e extrair vantagens competitivas do sistema interestatal em benefício do seu sistema produtivo, restaurando a sua economia e a sua competitividade. Dessa forma, ao forjar novamente a aliança histórica entre o poder e o dinheiro, pode reverter o declínio relativo, permanecer no centro e ser o agente principal de um novo processo de reorganização e de expansão sistêmicas.

Esse parece ser o caso da hegemonia estadunidense, o que nos leva a revisar a tese defendida por Arrighi, e por outros teóricos da Teoria do Sistema-Mundo Moderno, acerca da crise e do declínio dessa hegemonia.⁹ De acordo com Gowan, a hegemonia estadunidense possui características específicas que a diferem daquelas que a antecederam, ou seja, tanto da britânica quanto da holandesa. Para esse autor, o *mainstream* dessa corrente teórica tende a superestimar, principalmente, as capacidades da hegemonia britânica e a subestimar as da estadunidense. Isso os leva a negligenciar aspectos que tornam os Estados Unidos um caso especial entre as potências que ascenderam à posição de hegemonia mundial, a concluir apressadamente pelo seu

inevitável declínio quando do primeiro sinal de crise nos anos 1970 e a ignorar a possibilidade desse país romper com o modelo de ciclos hegemônicos. (Gowan, 2004b: 474-482)

A questão que se coloca é se e como os Estados Unidos têm sido capazes de suprir as condições necessárias para constituir um sistema imperial conforme descrito acima? Quais seriam essas características que difeririam a hegemonia estadunidense das suas antecessoras e que os permite explorar mecanismos de *feedback*? O extraordinário poderio político-militar norte-americano em relação ao núcleo do sistema, mas também o seu controle sobre o sistema monetário e financeiro internacional são fontes importantes de poder que possibilitam aos EUA enfrentar os desafios colocados por outras potências no campo da produção de bens intensivos em capital. Fazendo uso desses mecanismos, os EUA podem contra-atacar seus competidores em outros campos que não o produtivo, enquanto empreendem esforços para reorganizar a sua hegemonia sob novas bases no intuito de tentar retomar a liderança nesse setor e restabelecer a sua primazia global. O sucesso nesse esforço, entretanto, está longe de ser garantido, uma vez que o seu êxito ou fracasso dependem de múltiplas variáveis cujo total controle escapa às mãos de qualquer ator isoladamente ou em conjunto dentro dessa estrutura, apesar do seu maior ou menor grau de influência e de capacidade de manejo de variáveis cruciais dentro dela.

Diferentemente das potências hegemônicas anteriores, a partir desses dois mecanismos, os EUA conseguem não apenas criar regimes internacionais, mas também impô-los aos demais estados centrais, colocando-se, ao mesmo tempo, na posição de gerenciador desses regimes e acima deles, ignorando suas próprias regras, modificando-as ou criando novos regimes conforme convenha aos seus interesses. Isso se dá tanto na área comercial quanto na monetário-financeira e produtiva. Assim, aparentemente, ao contrário do que pensa Arrighi, tanto o controle das armas permanece no mesmo lugar, como também o controle da liquidez internacional.

Dessa forma, uma leitura possível para as ações dos EUA é a de que, desde então, e cada vez mais, elas se orientam no sentido de um esforço, não necessariamente exitoso, de constituição de um Sistema Imperial e de agrupar em torno de si, e em favor desse projeto, alguns dos interesses dos setores transnacionalizados das elites capitalistas nacionais, tornando-se, para tanto, o mais ardoroso defensor e promotor desses interesses. Não se trata de perda ou redução da capacidade decisória dos estados ou de redução de suas soberanias, mas de uma mudança de orientação, vigorosamente direcionada para o capital, liderada pelos EUA, auxiliados pela Grã-Bretanha, mas gradativamente abraçada, com maior ou menor hesitação, pela maioria dos demais estados. Conforme argumentado por Fiori: “A globalização não está eliminando os estados, apenas está redefinindo as suas hierarquias e seus espaços e graus de autoridade no exercício de suas soberanias” (Fiori, 1997: 134).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A National Security Strategy of Engagement and Enlargement. Casa Branca, Fevereiro de 1996, <http://www.faz.org/ssp/military/docops/national/1996stra.htm>.
- ACHCAR, Gilbert. O jogo triangular das potências. In: *Le Monde Diplomatique*, Dezembro de 2001, <http://diplo.uol.com.br/2001-12,a147>, 2001.
- ACHCAR, Gilber. A Europa a serviço da Otan. In: *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2003, <http://diplo.uol.com.br/2003-01,a522>, 2003.
- ALVES, Vágner Camilo. *O poder militar norte-americano e o panorama estratégico pós-Guerra Fria*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: “O Brasil e o mundo que vem aí”, Seminários Preparatórios – Seminário: Estados Unidos: presente e desafios, Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. *The rise of East Asia and the withering away of the Interstate System*. Prepared for the Session on Global Praxis and the Future of the World-System. 90th Annual Meeting of the American Sociological Association, Washington, DC, August 19-23, 1995.
- _____. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 1996.
- _____. & SILVER, Beverly J. *Caos e Governabilidade no sistema-mundo moderno*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2001.
- _____. Rough road to Empire. Versão revisada de paper apresentado na Conferência *The Triad as Rivals? U.S., Europe, and Japan*, Georgetown University, Washington, D.C., 25-26 de abril de 2003, <http://www.nu.ac.za/CCS/files/Arrighi%20PEWS%202003%20revised%201.pdf>, 2003.
- _____. Spatial and other fixes of historical capitalism. In: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004: 527-539.
- BACHKATOV, Nina. A aposta política de Putin. In: *Le Monde Diplomatique*, Novembro de 2001, <http://diplo.uol.com.br/2001-11,a101>, 2001.
- BASTOS, Carlos Pinkusfeld. *O Keynesianismo-Conservador americano: Perspectivas na entrada do Século XXI*. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica. Valença – Rio de Janeiro, 2005.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A política comercial estadunidense: a estratégia de liberalização competitiva, os acordos bilaterais e a ALCA. In: *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, n. 1 – abr./jun. 2004: 34-42, http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim/boletim1/06-pedropaulo.pdf.
- BLIX, Hans. Questões sobre a Guerra do Iraque: o uso de força, armas de destruição em massa e as Nações Unidas. In: *Política Externa*, vol. 14, n. 3, dez/jan/fev 2005/2006, p. 85-95.
- BOSWELL, Terry (2004). American World Empire or declining hegemony. In: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004: 516-524;
- BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo (sécs. XV-XVIII): Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1979].
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo (sécs. XV-XVIII): O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1986].
- CABRAL, Ricardo Pereira. Estratégia (antecedentes teóricos). In: *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*, 2004.
- _____. Geopolítica. In: *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*, 2004.

- CHAUVIER, Jean-Marie. O que está em jogo no xadrez ucraniano. In: *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2005, <http://diplo.uol.com.br/2005-01,a1049>.
- _____. A Rússia busca seu lugar no mundo. In: *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro de 2007, <http://diplo.uol.com.br/2007-02,a1510>.
- CHETERIAN, Vicken. A base dos EUA na Ásia Central. In: *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro de 2003, <http://diplo.uol.com.br/2003-02,a552>.
- _____. A briga dos grandes. In: *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro de 2005, <http://diplo.uol.com.br/2005-02,a1057>.
- CHIBBER, Vivek. The Return of Imperialism to Social Science. In: *The European Journal of Sociology*, 45, December 2004, p. 427-441.
- COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert O. (org.) (1986). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986 [1981]: 204-254.
- _____. Critical Political Economy. In: HETTNE, Björn & COX, Robert (Orgs.). *International Political Economy: Understanding Global Disorder*. London: Zed Books, 1995.
- DEMANT, Peter. A ação norte-americana e a complexidade do Oriente Médio. In: *Política Externa*, vol. 13, n. 4, mar/abr/mai 2005: 35-55.
- DERRIDA, Jacques. A razão do mais forte. In: *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2003, <http://diplo.uol.com.br/2003-01,a527>.
- EXCERPTS from Pentagon's Plan: Prevent the Re-Emergence of a New Rival, *The New York Times*, 8 de março de 1992. Excerpts from the Pentagon's Feb. 18 draft of the Defense Planning Guidance for the Fiscal Years 1994-1999, <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E0CE1D7173AF93BA35750C0A964958260>.
- FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria C. & FIORI, José L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- _____. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
- _____. (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2004.
- _____. Formação, expansão e limites do poder global. In FIORI, José Luís (org.) (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.
- _____. A nova geografia econômica mundial. In: Fiori, J. L. (2007). *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, (Coleção Estado de sítio), 2005.
- _____. *O poder global*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____. & MEDEIROS, Carlos (org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.
- FONSECA, Carlos da. Avaliação do primeiro mandato de George W. Bush e perspectivas para o segundo. In: *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, n. 5 – abr./jun. 2005: 42-51.
- FUSER, Igor. Os verdadeiros motivos da guerra. In: *Revista Teoria e Debate*, n. 53, março/abril/maio de 2003, <http://www2.fpa.org.br/porta1/modules/news/makepdf.php?storyid=1871>.
- GENTÉ, Régis & ROUY, Laurent. Na sombra das “revoluções espontâneas”. In: *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2005, <http://diplo.uol.com.br/2005-01,a1050>.
- GENTÉ, Régis. A grande disputa pela Ásia Central. In: *Le Monde Diplomatique*, Julho de 2007, <http://diplo.uol.com.br/2007-07,a1606>.
- GILPIN. *The Political Economy of International Relations*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1987.

- GODDARD, C. Roe; CRONIN, Patrick & DASH, Kishore C. (orgs.). *International Political Economy: State-Market Relations in a Changing Global Order*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1996.
- GOLUB, Phillip S. Da guerra fria à guerra preventiva. In: *Le Monde Diplomatique*, Março de 2003, <http://diplo.uol.com.br/2003-03,a587>.
- GORCE, Paul-Marie de la. A nova Doutrina Militar Americana. In: *Le Monde Diplomatique*, Março de 2002, <http://diplo.uol.com.br/2002-03,a242>, 2002a.
- _____. Guerra preventiva: estratégia perigosa. In: *Le Monde Diplomatique*, Setembro de 2002, <http://diplo.uol.com.br/2002-09,a439>, 2002b.
- GOWAN, Peter. *The global gamble: Washington's Faustian bid for world dominance*. London: Verso, 1999.
- _____. Explaining the American Boom: The Roles of Globalisation and US Global Power. In: *New Political Economy*, Vol. 6, No. 3, 2001.
- _____. Triumphant toward International Disaster: The Impasse in American Grand Strategy. In: *Critical Asian Studies*, Vol. 36, No. 1, March 2004a.
- _____. Contemporary Intra-core Relations and World Systems Theory. In: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004b: 471-500.
- _____. Economics and Politics within the Capitalist Core and the Debate on the New Imperialism. [NB: This paper is 'work in progress': still at a preliminary stage]
- GULLICK, John. A critical appraisal of Peter Gowan's "Contemporary Intra-core Relations and World Systems Theory": a capitalist World-Empire or US-East Asian geo-economic integration? In: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004: 502-515.
- GUIMARÃES, César. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. In: *Estudos Avançados*, vol. 16, n. 46, São Paulo, set/dez. 2002, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142002000300005&script=sci_arttext.
- HELLEINER, Eric.. From Bretton Woods to Global Finance: A World Turned Upside Down. In: STUBBS, Richard & UNDERHILL, Geoffrey R. D. *Global Restructuring: Making Sense of the Changing International Political Economy*. Londres: Macmillan Press, 1994.
- HETTNE, Björn. Introduction. In: HETTNE, Björn & COX, Robert (Orgs.). *International Political Economy: Undertanding Global Disorder*. London: Zed Books, 1995.
- _____. & COX, Robert (Orgs.). *International Political Economy: Undertanding Global Disorder*. London: Zed Books, 1995.
- ILSEMANN, Siegesmund von; KLUSSMANN, Uwe; MASCOLO, Georg & NEEF, Christian. Uma nova corrida armamentista entre Estados Unidos e Rússia? In: *Der Spiegel*, 20 de fevereiro de 2007.
- JHONSON, Chalmers. America's Empire of Bases. www.nationinstitute.org/tomdispatch, jan/2004.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KEOHANE, Robert O. (org.). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986.
- KLARE, Michael T.. America's Military Revolution. In: *Le Monde Diplomatique*, Julho de 2001, <http://mondediplo.com/2001/07/04america2>.
- _____. As prioridades estratégicas dos EUA. In: *Le Monde Diplomatique*, novembro de 2002, <http://diplo.uol.com.br/2002-11,a486>.
- _____. The Clinton Doctrine. In: *The Nation*, <http://www.thenation.com/doc/19990419/klare>, 1999.
- KUGELMAS, Eduardo. "A 'Doutrina Bush': da contenção à preempção". In: Velasco e Cruz, Sebastião Carlos (org.). *Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em desenvolvimento*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2004: 215-220 (Cadernos do IFCH, nº 30).

- MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. O Desenvolvimento Tecnológico Americano no Pós-Guerra como um Empreendimento Militar. In: FIORI, J. L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2004.
- METRI, Maurício M. *O Poder Financeiro dos EUA no Padrão Monetário Dólar-Flexível*. Mimeo.
- _____. *Hierarquia e competição entre estados nacionais no atual sistema monetário internacional*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.
- NATIONAL MILITARY STRATEGY of the United States of America: a strategy of flexible and selective engagement, Joint Chiefs of Staff, Washington-DC, 1995.
- NATIONAL SECURITY STRATEGY, www.whitehouse.gov/NSC, 2002.
- PATRIOTA, Antônio de Aguiar. *Os EUA no mundo: percepções*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: “O Brasil e o mundo que vem aí”, Seminários Preparatórios – Seminário: Estados Unidos: presente e desafios , Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Era George W. Bush (2001/2007): Os EUA e o Sistema Internacional*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: “O Brasil e o mundo que vem aí”, Seminários Preparatórios – Seminário: Estados Unidos: presente e desafios , Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.
- POLLIN, Robert. Anatomy of Clintonomics. In: *New Left Review*, 3, may-jun, 2000.
- _____. Recession, Deficit Spending and U.S. Economic Prospects. In: *Political Economy Research Institute*, University of Massachusetts, Amherst, December, 2002.
- REIS, Daniel Aarão. *Rússia – Política e Estratégia*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: “O Brasil e o mundo que vem aí”, Seminários Preparatórios – Rússia.
- ROBINSON, Andy. Superpotências do petróleo caro. In: *La Vanguardia*, 28 de dezembro de 2007, <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lavanguardia>.
- SANTOS, Fabiano. *Descrindo o Sistema Político Norte-Americano: atualidade e desafios*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: “O Brasil e o mundo que vem aí”, Seminários Preparatórios – Seminário: Estados Unidos: presente e desafios , Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.
- SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. In: *Economia e Sociedade*, v. 11, nº 2 (19), Campinas, IE/Unicamp, 2002.
- _____. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, J. L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2004.
- SHADLEN, Kenneth C. Exchanging development for market access? Deep integration and industrial policy under multilateral and regional-bilateral trade agreements. In: *Review of International Political Economy*, 12:5 December 2005: 750–775.
- Still N. 1, in: *The Economist*, June 30th 2007: 11-12.
- TAVARES, Maria da Conceição. “A Retomada da Hegemonia Norte-Americana”. In: TAVARES, Maria C. & FIORI, José L. (Orgs.): *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- _____. & MELIN, Luiz Eduardo. “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”. In: TAVARES, Maria C. e FIORI, José L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

- _____. & FIORI, José L. (orgs.): *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C et. alii. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do Mundo Contemporâneo*. Ed.: Elsevier – RS, 2004.
- _____. Bush (Doutrina), in: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C et. alii. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do Mundo Contemporâneo*. Ed.: Elsevier – RS, 2004.
- TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996 [1990].
- TORRES FILHO, Ernani Teixeira. O papel do petróleo na geopolítica americana. In: FIORI, J. L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2004.
- VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo Passini & OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Estados Unidos: política comercial e órgãos de execução. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos (org.). *Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em desenvolvimento*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2004: 149-183 (Cadernos do IFCH, n° 30).
- WADE, Robert. Japan, the World Bank and the Art of Paradigm Maintenance: The East Asian Miracle in Political Perspective. In: *New Left Review*, 217, May/June, 1996.
- _____. Showdown at the World Bank. In: *New Left Review*, 7, January/February, 2001.
- _____. Choking the South. In: *New Left Review*, 38, Mar/Apr, 2006: 115-127.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- _____. *The Politics of the World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- _____. The Rise and Future Demise of World-Systems Analysis. Artigo apresentado no 91st Annual Meeting of the American Sociological Association, New York, Aug. 16, 1996.
- _____. Entering Global Anarchy. In: [New Left Review](#), 22, May/June, 2003.
- _____. U.S. Weakness and the Struggle for Hegemony. In: *Monthly Review*, July-August 2003.
- WALTZ, Kenneth. *Theory of International Relations*. London: Addison-Wesley, 1979.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 3ª edição, 1994.

¹ Para Braudel “existem condições sociais para o surto e o êxito do capitalismo. Este exige uma certa tranqüilidade da ordem social, assim como uma certa neutralidade, ou fraqueza, ou complacência, por parte do Estado. E, no próprio Ocidente, existem graus para essa complacência: é por razões predominantemente sociais e incrustadas em seu passado que a França foi sempre um país menos favorável ao capitalismo do que, digamos, a Inglaterra”, *ibidem*, p. 62.

² V. Fiori, 2004.

³ “Capitalism (...) has only existed in, and can be said to require, a world-system in which the political units are not coextensive with the boundaries of the market economy”, (Wallerstein, 1979: 66). Arrighi, porém, chama atenção para o fato de que a simples existência de jurisdições políticas autônomas, excludentes e em concorrência entre si não necessariamente favorece a formação do capitalismo. É preciso que se observe também a forma dessa concorrência e a sua intensidade. Nesse sentido, a ocorrência de guerras intensas e prolongadas que ponham em risco os processos de acumulação de capital tendem a gerar custos que excedem aqueles relacionados aos de um poder imperial. Ou seja, a competição entre os estados é um fator essencial para o capitalismo desde que mantida dentro de certos limites. A guerra é uma forma de competição tolerável e aceita como parte do jogo, exercendo o papel de remanejadora das hierarquias, de redistribuição dos ganhos e das perdas, de cancelar as mudanças de posição. Porém, guerras curtas, de pouco alcance, localizadas no tempo e no espaço sem maiores danos ao funcionamento normal da economia. Ou seja, “guerras de rotina”. As grandes guerras são consideradas eventos traumáticos a serem evitados. O mesmo se pode dizer no que tange à concorrência intercapitalista. A forma assumida por essa concorrência em determinados momentos pode levar não a segmentação do poder político e sim à sua integração, quando aquela segmentação se torna um empecilho aos interesses capitalistas (Arrighi, 1996: 32-33).

⁴ Nas palavras de Braudel, “Com efeito, no centro da economia-mundo aloja-se sempre, forte, agressivo, privilegiado, um Estado fora de série, dinâmico, ao mesmo tempo temido e admirado. Já é o caso de Veneza no século XV; da Holanda no século XVII; da Inglaterra no século XVIII e mais ainda no século XIX; dos Estados Unidos atualmente. Poderiam esses governos no ‘centro’ deixar de ser fortes? (...) Como se a posição central, por si

só, não criasse e não exigisse também um governo eficaz. Como se governo e sociedade não fossem um único conjunto, um mesmo bloco. Como se o dinheiro não criasse uma disciplina social e uma facilidade de ação extraordinária!” (Braudel, 1996 [1986]: 40).

⁵ Tilly define os estados como sendo “aquelas organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios” (Tilly, 1996: 46) e os estados nacionais como “aqueles que governam múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades por intermédio de estruturas centralizadas, diferenciadas e autônomas” (Ibidem: 47).

⁶ Essa tese se encontra mesmo na raiz dessa tradição de pensamento no campo das Relações Internacionais. Como se sabe, na análise do referido conflito, Tucídides argumenta que a sua razão fundamental teria sido o crescimento do poder de Atenas, o qual, fazendo com que Esparta se sentisse crescentemente ameaçada, teria impellido esta a ação antes que a primeira se tornasse de fato uma força incontrolável e uma ameaça insuperável à independência espartana. Sua tradução em termos conceituais consiste no “dilema da segurança”, segundo o qual, em um sistema anárquico, os estados são os únicos responsáveis pela sua segurança e, em função disso, buscam ampliar os meios em seu poder para provê-la. Entretanto, ao fazê-lo, amplia a sensação de insegurança dos demais membros do sistema, os quais adotam o mesmo procedimento, tendo como resultado o aumento da insegurança sistêmica e, numa situação extrema, conduzindo à guerra contra a qual buscavam se proteger.

⁷ Para Wallerstein, “the only kind of social system is a world-system, which we define quite simply as a unit with a single division of labor and multiple cultural systems” e dividem-se em impérios-mundo e economias-mundo (Wallerstein, 1979: 5). A diferença entre os dois resulta do modo de extração do excedente e da organização política. O império-mundo se configura como uma unidade política com um único centro que baseia a sua exploração na extração de tributos. O império, na sua concepção tradicional, implica a eliminação da soberania das demais unidades políticas, a anexação dos territórios, contíguos ou não, outrora soberanos e a centralização do poder num único pólo, colocando sob o seu controle povos de diferentes culturas, línguas, etnias etc e canalizando a riqueza para o centro, efetivando ambos através do uso da força e/ou de uma ideologia integradora (Brady, 1997: 159, *apud* Fiori, 2001). Nele, a economia subordina-se à política, uma vez que a manutenção, reprodução e transmissão da riqueza são dependentes da vontade do soberano. A riqueza e os títulos não pertencem ao indivíduo, mas ao Estado, ao soberano, e seu usufruto privado pelos súditos é uma concessão daquele, a qual pode, a qualquer momento, ser revisada, confiscada e redistribuída conforme as conveniências do jogo de poder. De acordo com Wallerstein, “World-empires were basically redistributive in economic form. No doubt they are clusters of merchants who engaged in economic (primarily long distance trade), but such clusters, however large, were a minor part of the total economy and not fundamentally determinative of its fate. Such long-distance trade tended to be, as Polanyi argues, 'administered trade' and not market trade, utilizing 'ports of trade'” (Wallerstein, 1979: 6). O conceito de império-mundo e de império, portanto, guardam uma relação estreita, mas não se confundem, uma vez que o primeiro engloba toda a região geográfica abrangida por uma rede trocas, o que já não necessariamente ocorre com o segundo, podendo este ocupar apenas parte de uma rede de trocas cujo poder político encontra-se fragmentado entre diversas unidades políticas, podendo serem elas outros impérios ou não (V. Wallerstein, 1979: 6).

Já a economia-mundo é uma unidade econômica, com uma “ongoing, extensive and relatively complete social division of labor with an integrated set of production processes which relate to each other through a 'market' which has been 'instituted' or created in some complex way” (Wallerstein, 1984: 13), sem um centro político único e na qual a extração do excedente se dá através das relações de trocas no mercado. A propriedade da riqueza e as decisões quanto ao seu uso cabem ao indivíduo, o qual, dispondo de recursos para tanto, pode beneficiar-se da multiplicidade de centros de poder para deslocar os seus negócios para aquelas localidades onde as condições oferecidas pelo poder local lhe sejam mais favoráveis ou para livrar-se de maiores restrições impostas em outros pontos da rede de trocas que compõem a economia-mundo. Restrições estas que, impostas sob o domínio de uma única unidade política, ou seja, dentro de um império-mundo, tenderiam a eliminar o capitalismo enquanto modo de organização econômica e social. A outra vantagem para os capitalistas advinda da presença de uma multiplicidade de unidades políticas é que “the existence of state machineries makes it possible for the capitalist sellers to organize the frequently necessary artificial restraints on the operation of the market”. (Wallerstein, 1979: 69-71)

De acordo com Wallerstein, as economias-mundo são formações instáveis, as quais tenderam historicamente ou a se desintegrarem ou a serem dominadas por algum grupo, tornando-se, dessa forma, um império-mundo. Dessa maneira, e tendo em vista que a única forma de economia-mundo a apresentar uma existência prolongada sem se desintegrar ou se degenerar em um império-mundo foi a economia-mundo capitalista, formada no século XVI e se estendendo até os dias de hoje, conclui que parece haver fortes indícios apontando para o fato de que ela deve ter um modo de produção capitalista. Por outro lado, segundo esse autor, “Capitalism as a system of production for sale in a market for profit and appropriation of this profit on the basis of individual or collective ownership has only existed in, and can be said to require, a world-system in which the political units are not coextensive with the boundaries of the market economy”. (Wallerstein, 1979: 66)

⁸ Braudel coloca em questão a posição de Wallerstein acerca da inviabilidade do desenvolvimento de uma economia-mundo, e de uma economia-mundo capitalista em particular, dentro de um império-mundo ao afirmar que “É verdade que a economia aceita mal as exigências e pressões de uma política imperial sem contrapeso. (...) Todavia, pessoalmente, penso que, mesmo sob a coerção de um império opressivo e pouco consciente dos interesses particulares das suas diferentes possessões, uma economia-mundo hostilizada, vigiada, pode viver e organizar-se com seus transbordamentos significativos (...). Não teriam os genoveses dominado do mesmo modo os movimentos das feiras européias, ocupando-se das finanças do ‘imperador’Filipe II, em vez daquelas de do rei Filipe II?”, Braudel, 1996 [1986]: 44-45. Para uma visão crítica da tese de Gowan ver: Gullick, 2004: 502-515; Boswell, 2004: 516-524; Arrighi, 2004: 527-539.

⁹ Braudel parece ser crítico dessa tese ao afirmar, de maneira quase profética, no ciclo de conferências proferida para a apresentação do seu *Economia, Civilização Material e Capitalismo*, ainda em 1977, que “Vivemos hoje, há alguns anos, uma crise mundial que se anuncia forte e duradoura. Se Nova Iorque sucumbir à provação – no que realmente não creio – o mundo deve encontrar ou inventar um novo centro; se os Estados Unidos resistem, como tudo nos deixa prever, poderão sair mais fortes da experiência, pois que as outras economias correm o risco de sofrer muito mais do que os Estados Unidos em decorrência da conjuntura hostil que atravessamos”, Braudel, 1987: 73.